

SEGUNDO A ACÇÃO SOCIAL EM SOFALA

Difícil conter mendicidade sem conjugação de esforços

n HORÁCIO JOÃO

O SECTOR do Género, Criança e Acção Social ao nível da província de Sofala lamenta que indivíduos e instituições de caridade estejam mais preocupados com a sua visibilidade, ao invés da conjugação de esforços para conter a mendicidade.



Às sextas-feiras cresce o movimento dos mendigos

de desenvolverem actividades produtivas, receberem aulas de alfabetização, sessões de aconselhamento e psico-social. Também incluímos capacitação em matéria de elaboração de planos de negócio e gestão de projectos individuais bem como a atribuição do subsídio social básico, contribuição monetária que reforça a capacidade de resiliência e consumo das famílias vulneráveis.

NOT - Quantas pessoas já se beneficiaram deste processo?

JD - A este propósito devo dizer que assistimos mais de nove mil crianças em situação difícil, o que corresponde a uma realização de 12 por cento do plano para 2016, em que se prevê assistir perto de 75 mil crianças em situação difícil. Estas foram acompanhadas em programas de reunificação familiar e apoio multiforme. Além disso, perto de 31 mil famílias, em toda província de Sofala, beneficiam do subsídio social básico e perto de 300 pessoas frequentam os centros abertos que funcionam nesta região.

Por outro lado, 215 adolescentes e jovens foram referenciados para oportunidades de formação vocacional e profissional, 2152 pessoas com deficiência beneficiam do programa de reabilitação baseada na comunidade na Beira, Gorongosa, Búzi e Dondo. Em último caso, quando tudo



"Precisamos da conjugação de esforços", José Diquissone

veis com habilidades que lhes permitam sair da mendicidade.

Para nós o impacto é satisfatório, embora a ideia da sua maximização esteja ainda em

centros abertos sejam lugares de treinamento, desenvolvimento do potencial de imaginação individual e aquisição de conhecimentos, por forma a que pessoas continuem a

aparato que criam na porta das lojas. Este facto é agravado pela ausência de um código de postura urbana consistente e rigoroso que proíbe a prática da mendicidade

Numa entrevista concedida à nossa Reportagem, cujos excertos passamos a publicar, o director provincial de

cidade decorre de vários factores, em que importa sublinhar o fraco empoderamento e poder de iniciativa dos cidadãos, desigual distribuição da renda nacional, falta de

dizer que apesar de a imagem social mostrar preocupação, tem sido vasto o trabalho de mitigação da mendicidade na província de Sofala.

centros de acolhimento de crianças, de pessoas idosas e outras categorias de vulnerabilidade que pululam pelos centros urbanos. De igual modo, se integra neste

Nos últimos meses, passamos a publicar, o director provincial do Género, Criança e Acção Social em Sofala, José Diquissone, realça que o facto é agravado pela ausência de um código de postura urbana consistente e rigoroso, sobretudo na Beira, que proíbe a prática da mendicância nas portas dos estabelecimentos comerciais.

NOTÍCIAS (NOT) - Qual é o estágio da mendicância na província de Sofala?

José Diquissone (JD) - Permita-me, primeiro, observar que este é um problema social incontornável no estágio actual de desenvolvimento em que o país se encontra. Devo dizer que a mendi-

empoderamento e poder de iniciativa dos cidadãos, desigual distribuição da renda nacional, falta de cultura de trabalho e auto-estima. O facto inclui ainda vícios que induzem a necessidades de consumo acima das possibilidades individuais, conflitos e exclusão familiar, efeitos perversos do próprio processo de desenvolvimento que provocam o êxodo do campo para a cidade.

NOT - E como o sector que dirige encara esta situação?

JD - Para nós as causas que mais interessam são aquelas associadas à extrema pobreza dos cidadãos, conflitos familiares e exclusão social, orfandade e falta de meios alternativos de acolhimento. A este respeito devo

sido vasto o trabalho de mitigação da mendicância na província de Sofala.

NOT - Que tipo de medidas concretamente?

JD - Como lhe disse, em matéria de mendicância os grupos que mais nos preocupam são aqueles que se fazem à rua e se entregam à mendicância exactamente porque não têm outra escolha. Em relação a este grupo o sector tem vindo a implementar um conjunto de medidas visando minorar o seu sofrimento, a primeira das quais é de carácter preventivo, que tem a ver com a protecção familiar e facilitação de acesso a serviços sociais básicos. Fazem parte ainda as acções de reunificação familiar em famílias próprias ou

categorias de vulnerabilidade que pululam pelos centros urbanos. De igual modo, se integra neste conjunto de medidas a referência de crianças, adolescentes e jovens ao sistema de ensino e formação profissional, acompanhadas de facilidades de acesso aos atestados de pobreza, material escolar e "kits" de dignidade, visando potenciar a sua preparação para a vida e integração bem-sucedida no mercado de trabalho ou desenvolvimento de iniciativas de auto-sustento.

NOT - Isto é suficiente?

JD - Não, mas complementam estas medidas preventivas os centros abertos para onde são referenciadas pessoas idosas e com deficiência, a fim

ção baseada na comunidade na Beira, Gorongosa, Búzi e Dondo.

Em último caso, quando tudo isto não se aplica ao beneficiário entram em acção os programas dos serviços sociais de acção social, que cuidam do atendimento nos infantários, centros de apoio à velhice e centros de acolhimento, onde presentemente são acompanhados perto de 800 beneficiários.

NOT - Qual é o impacto das cooperativas que envolvem pessoas com deficiência no Dondo e da Manga?

JD - De facto as cooperativas do Dondo e da Manga fazem parte da categoria dos centros abertos e visam potenciar este grupo e outras pessoas vulnerá-

Para nós o impacto é satisfatório, embora a ideia da sua maximização esteja ainda em curso, facto que fica a dever-se à exiguidade de recursos e técnicos especializados em matéria de acção social.

NOT - Como colmatar esta situação?

JD - Continuamos a trabalhar para que um dia estes centros possam alcançar o potencial da sua conceptualização, que consiste em fomentar actividades de reabilitação psico-social, reabilitação física, desenvolvimento de actividades produtivas de uma forma sustentável, transmissão de habilidades de gestão de negócios individuais, dentre outras. Aquilo que queremos é que estes

potencial de imaginação individual e aquisição de conhecimentos, por forma a que pessoas continuem a trabalhar para o seu sustento fora delas e junto das suas famílias.

NOT - Que estratégias para consolidar estes ganhos?

JD - Uma das formas de consolidar este papel consiste em convencer o empresariado local a depositar suas ofertas nestes lugares por forma a evitar concentração de pessoas no centro da cidade pedindo esmola, sobretudo nas sextas-feiras. Infelizmente a luta pelo protagonismo não tem facilitado esta filosofia de abordagem, pois no lugar de conjugar esforços aquilo que cada um deseja é tornar-se visível aos olhos de "Deus" e dos homens com o

ausência de um código de postura urbana consistente e rigoroso que proíbe a prática da mendicância nas portas dos estabelecimentos comerciais.

NOT - O posto administrativo de Chupanga, em Marrromeu, tinha um projecto-piloto de referência em Sofala...

JD - Sim, a mesma expectativa se coloca em relação aos projectos de potenciação das comunidades de Chupanga, onde, como sabe, alocámos muitos materiais de pesca, moageira, insumos agrícolas, incluindo um tractor. Apesar de haver resultados visíveis, continua o desafio de melhorar a eficiência organizativa bem como mudar a mentalidade das associações constituídas para gerir os projectos.

Acção Social Produtiva



Os cegos fazem parte dos grupos vulneráveis

INSTADO a avaliar os avanços do Programa Acção Social Produtiva, o nosso interlocutor disse o seguinte...

JD - Como sabe, o Programa Acção Social Produtiva é novo e preenche o quarto eixo da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica. Pretende-se, com o programa potenciar agregados familiares com capacidade de trabalho, que se encontram na

situação de pobreza e vulnerabilidade, mas que também cuidam de pessoas incapacitadas para o trabalho, sobretudo idosos, crianças, doentes acamados e pessoas com deficiências severas. Aquilo que se pretende é dar um impulso a estas pessoas para que se integrem na dinâmica do mercado de trabalho, particularmente no contexto das comunidades rurais.

NOT - Basicamente, o que se pretende atingir?

JD - Mais do que ocupar a tempo inteiro as pessoas, a filosofia do programa é devolver a cultura de trabalho às mesmas, capacitá-las com habilidades, auto-estima e mentalidade empreendedora para que possam tirar proveito das oportunidades disponíveis à sua volta. Na

nossa província o programa é implementado nos distritos da Beira, Nhamatanda, Muanza, Chemba, Cala, Marrromeu e Machanga, devendo envolver seis mil beneficiários. Fica claro que não é um programa exclusivamente de resposta à emergência e estígio, mas sim de criação do capital de conhecimentos e oportunidades para indivíduos que por si sós não são capazes de engendrar o seu próprio motor de crescimento. Infelizmente, existe a tendência de exagerar a avaliação dos resultados do programa a partir das marcas que deixa na comunidade, em detrimento dos efeitos gerados nas pessoas beneficiárias.

NOT - Como podemos avaliar o impacto?

JD - Apesar de o programa ser novo, avaliado à luz deste segundo prisma pode-se dizer que o mesmo possui potencialidades para contribuir para a redução da pobreza. No meu entender o desafio maior deve concentrar-se no acompanhamento dos graduados do programa para que acedam aos recursos produtivos a fim de consolidarem a cultura de trabalho e capitalizar os dividendos acumulados. Para ser muito preciso na resposta à sua pergunta, podemos dizer que ainda é muito cedo para fazer uma avaliação exaustiva e rigorosa dos resultados do programa, uma vez que os beneficiários graduam três anos depois.

Tensão militar afecta assistência

DE que maneira a tensão político-militar afecta a assistência aos grupos-alvo? Indagámos... e a resposta não se fez esperar.

JD - Seria demasiada ingenuidade da minha parte se

sobretudo nos distritos da Gorongosa, Maringúe e Chibabava. Mais ainda, sabemos que organizações não-governamentais, que dão um considerável contributo ao sector, têm tido dificuldades de alcançar determinadas regi-

conta que o país se encontra ainda em vias de desenvolvimento. Um deles, que tem mexido com a nossa sensibilidade e exigido esforço adicional, tem a ver com a necessidade de erradicar os casamentos prematuros.

rigas encurtam seus sonhos, se expõem a gravidezes precoces e doenças endémicas, bem como a dependência masculina e violência doméstica.

Esta realidade representa um grande desafio, não somente para o sector, como para toda a sociedade, urgindo desenvolver acções que conduzam à alteração desta realidade.

NOT - Isto abrange o ensino pré-escolar?

JD - Efectivamente, por compreender crianças de zero a cinco anos de idade. Hoje manter uma criança numa escolinha ainda é privilégio para poucos, limitando a preparação destas para o ensino básico bem-sucedido. Exactamente por isso em Sofala temos estado a trabalhar no desenho de um modelo de escolinha comunitária de fácil acesso para famílias de baixa renda que permitiria que mães nesta condição pudessem deixar seus filhos em lugares seguros, pedagogicamente bem orientados, evitando o perigo de caírem na malha da violência e violação sexual por falta de devida protecção. Permitiria igualmente combater a desnutrição crónica, que afecta mais de 40 por cento de crianças nesta faixa etária, através de um correcto aproveitamento de alimentos localmente disponíveis.



Cada vez mais idosas carecem de apoio

dissesse que não afecta. Apesar da coragem do nosso pessoal e grande esforço do nosso sector, há regiões onde penetramos com dificuldades para fazer chegar o subsídio social básico e a cesta básica a doentes acamados,

ões, o que expõe pessoas que necessitam de facilitação de serviços em situação de agravada vulnerabilidade.

NOT - Quais são os desafios para o sector que dirige?

JD - São inúmeros, tendo em

Vivemos num país onde 48 por cento das raparigas se casam com menos de 18 anos de idade e 14 por cento com menos de 15, colocando Moçambique em décimo lugar no mundo e primeiro na região onde rapa-